

JUVENTUDE EM ESCOLAS FAMILIAS AGRÍCOLAS DO SEMI-ÁRIDO:
PARADOXOS ENTRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E CAMPO

Georgia Oliveira Costa **Lins** – UEFS

Ludmila Oliveira Holanda **Cavalcante** – UEFS

Agência Financiadora: FAPESB

“Campo” e “cidade” são palavras muito poderosas, e isso não é de estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas. O termo inglês *country* pode significar tanto “país” quanto “campo”; “*the country*” pode ser toda a sociedade ou só sua parte rural. Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente essa ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade: a capital, cidade grande, uma forma distinta de civilização. (WILLIAMS; 2011, p. 11)

Raymond Williams, no clássico livro “O campo e a cidade”, consegue mostrar-nos, de forma íntima e literária, a relação dialética, viva e forte entre o campo e a cidade. Pela leitura do seu livro, ao transportar-nos para a Inglaterra, na sua história de ressignificação contínua da relação entre o rural e o urbano, o autor busca nos ilustrar, via preciosas contribuições da história e da literatura ao longo dos séculos, que para compreender um contexto é necessário não desmerecer o outro.

Ciente das disparidades sócio-culturais do termo campo entre a Inglaterra e o Brasil, ainda assim, é a partir da inspiração poética da leitura de Williams que iniciamos este texto, com a intenção de discutirmos a complexa relação da juventude e seu processo formativo no rural da Bahia. É quando os jovens se encontram nesta estrada bifurcada, pelo rural e pelo urbano, ambos carregados de simbologias culturais, políticas e sociais, colocando-os na perspectiva de pensar o futuro a partir da sinalização dos caminhos que se apresentam enquanto ainda tentando definir a direção da estrada. Assim, “estudar juventude implica o acesso a algumas das dinâmicas fundamentais para a compreensão das sociedades contemporâneas” (PELEGRINO; 2011, p. 276).

Nesse momento, para os jovens, as contradições vividas se expressam de maneira intensa, coincidem, em muitos casos, no período em que se finaliza a vida escolar e que se inicia, a busca pela vida adulta, onde trabalho e renda parecem se associar aos planos de futuro.

Este texto busca socializar reflexões em torno de jovens do rural que vivenciam uma dinâmica de diversidade educativa entre a escola, a família, a comunidade, e o

labor. São jovens estudantes do movimento das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) ¹, instituições educacionais, em que o tempo e o espaço formativo são alternados entre a escola e as comunidades as quais os jovens pertencem. São tempos e espaços nos quais saberes, fazeres e pensamentos desafiam os sujeitos na construção das realidades e identidades.

Destacamos que, dentro do debate educacional, o tema juventude e suas relações com o mundo rural ainda parecem captar pouco interesse nas pesquisas e estudos da área. Ainda assim, baseando-se no Estado da Arte realizado por Weisheimer (2005), é possível afirmar que as pesquisas provocam discussões teóricas e demonstram a diversidade entre os setores que compõem a juventude rural, o que revela a importância de conhecermos, analisarmos e discutirmos os diferentes contextos em que a conexão juventude, processo formativo e relações sócio culturais são engendradas.

É importante destacar que este trabalho baseia-se nos princípios da pesquisa qualitativa junto à uma rede de escolas famílias agrícolas, cuja investigação foi iniciada no ano de 2009 e ainda em fase de conclusão. As discussões apresentadas iniciam-se com o projeto que visa compreender o trabalho desenvolvido pelas EFAs inseridas na Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido (REFAISA), e avaliar o seu potencial educativo no rural. As análises deste texto são fundamentadas em entrevistas (individuais e coletivas) e questionários aplicados em três EFAs do Ensino Médio², sendo uma turma do 1º ano; duas turmas do 2º ano; duas turmas do 3º ano, contabilizando um total de 141 estudantes entrevistados, na busca de mapearmos o perfil destes jovens.

Tal pesquisa deu origem a vários outros estudos no mesmo universo de análise, que ampliam o escopo de discussão teórica no tema da educação do campo e rural. Salientamos que entre as possibilidades de análise do contexto das EFAs, está a categoria juventude, presente nestes espaços e razão de ser da própria proposta pedagógica em alternância. Sendo assim, a pesquisa junto aos jovens do ensino médio, inseridos nos espaços pedagógicos das EFAs do rural baiano, soma importantes eixos de análises no que concerne às relações de trabalho, formação e desejos pessoais destes

¹ O grupo de EFA's estudadas se autodenomina como Movimento Social. Segundo Gohn (1997) os Movimentos Sociais se organizam a partir de repertórios e demandas que produzem uma identidade aos seus participantes e possuem um caráter sociopolítico e cultural.

² A rede de escolas analisadas possui quatro escolas de Ensino Médio, sendo que as três que visitamos ficam no Estado da Bahia e a outra instituição localiza-se no Estado de Sergipe.

jovens, atrelados à uma expectativa comunitária que permeia o contexto da Pedagogia da Alternância enquanto proposta educacional.

Juventude rural, trabalho e educação: três elementos que compõem um complexo conjunto de análise.

Pensar na relação juventude rural, trabalho e educação exige-nos expor de qual perspectiva estamos falando, devido à complexidade que tais palavras suscitam. O complicador na discussão sobre juventude reside na característica polifônica da palavra, como nos chama atenção Sposito (1997). A juventude é uma categoria social difícil de ser definida, é um termo que se consagra em dinâmicas sócio-culturais diversas, existindo uma complexidade em traduzi-la a partir de lógicas conceituais, cronológicas e identitárias. Tais nuances socioculturais, no tempo e no espaço, fazem-nos refletir sobre a falsa perspectiva da homogeneidade e ousar atentar para um território de difícil categorização, ao qual Sposito (1997) se refere como “juventudes”.

Segundo Souza, (2005, p.92) existe a necessidade de olhar a juventude como uma construção social que “emerge, de uma correlação de forças que produzem efeitos de visibilidade que constituíram as representações de identidades ‘jovem’ e maneiras de ‘ser’ e ‘viver’ a elas associadas”. Entre estas maneiras de ser e viver, o jovem do rural se encontra pouco representado no que concerne às suas dinâmicas culturais e sociais.

Embora o tema juventude tenha ganhado maior visibilidade desde os movimentos contra-culturais na década de 60, segundo Carneiro, (2005), o interesse dos pesquisadores brasileiros pela temática da juventude rural é muito recente, diferente dos estudos sobre os jovens dos grandes centros urbanos. Devido às particularidades que atravessam o debate sobre os jovens do rural (a partir dos territórios, culturas, ritmos), é necessário considerarmos aspectos que os diferenciam do debate da juventude urbana como as questões relacionadas à migração e a relação com o trabalho agrícola.

Para a categoria trabalho, usando como âncora conceitual a perspectiva gramsciana, percebemos a relação com educação a partir da conexão trabalho intelectual e trabalho manual que permeia toda a vida social dos sujeitos (GRAMSCI, 1988). Pensar o trabalho nesta perspectiva indica refletir na formação integral do homem, que implica superar a individualidade em si, e pensar a vida dentro de uma proposta de coletividade. Reside, neste aspecto, uma intrínseca relação da educação com

a organização sócio-política dos sujeitos e grupos, uma relação que a Pedagogia da Alternância valoriza em seu escopo político pedagógico.

Em uma proposta oposta à perspectiva emancipatória do potencial educativo do trabalho, podemos encontrar a lógica da racionalidade técnica se sobrepondo neste debate e configurando um processo formativo emergencial e pontual rumo à formação para o emprego. Neste hiato político, a formação do jovem corre o risco de ficar refém de espectros antagônicos e intencionalidades pedagógicas díspares no universo das EFAs. Se a escola família agrícola tem como proposta a conexão com o local, o território geográfico em que se situa é um grande demarcador dos rumos político-pedagógicos institucionais, pois estão articulados com entidades e organizações que circundam o ambiente educativo e colaboram, de uma forma ou de outra, com as tomadas de decisões rumo aos planos de futuro e projetos de vida dos sujeitos em formação.

Acreditamos, portanto, que estudar a juventude, a partir do diálogo da relação educação e trabalho, é um eixo importante para a compreensão do cenário dos jovens do rural. Ampliar este olhar, por sua vez, torna-se um desafio de difícil equação, pois como nos assegura Pelegrino (2011, p.283),

[a] noção de que juventude se constitui numa posição social, liminar no conjunto (na emancipação parcial da socialização primária referenciada na família e na comunidade para inserção em novas instituições de socialização, com maior ou menor disponibilidade para a construção de sociabilidades coletivas e mais autônomas), mas atravessada pelas divisões que marcam o conjunto da sociedade (tornando essa posição como uma experiência variável e desigual)

O estudo da formação da juventude rural pode variar a partir da relação que se estabelece com o trabalho. Esta relação pode sinalizar para uma perspectiva emancipatória no trato com as questões do trabalho, pode apontar para uma perspectiva pontual visando a formação para o emprego, ou ainda evidenciar uma perspectiva de potencialização (e postergação) da vida estudantil. É exatamente neste complexo cenário formativo, que esta pesquisa de mestrado, derivada da investigação institucional junto às EFAs baianas, encontra significado.

Assim, para dar conta desta busca analítica, a pergunta que move essa investigação é: Como os jovens do ensino médio das EFAs estão direcionando os seus projetos de futuro no que concerne à relação educação e trabalho?

Reflexões introdutórias: mapeando a juventude rural do movimento das EFAs do semiárido baiano.

No debate educacional, a nomenclatura “campo” já vem carregada de significados e ricas trajetórias que a define em um patamar diferenciado do histórico termo educação rural. Por educação do campo, estamos nos referindo a um processo de desdobramentos da perspectiva socioeducacional que se consolida no final do século XX e início do século XXI, entre as lutas e as leis, na tensa relação sociedade e estado. Esta trajetória tem tido, nas últimas décadas, um bom e significativo debate que justifica a adoção do termo para além do reconhecimento da política pública (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004; MUNARIM, 2008 e outros), e reconhece a célebre frase do Arroyo: *o campo é o rural em movimento*, como território de legitimação e respeito.

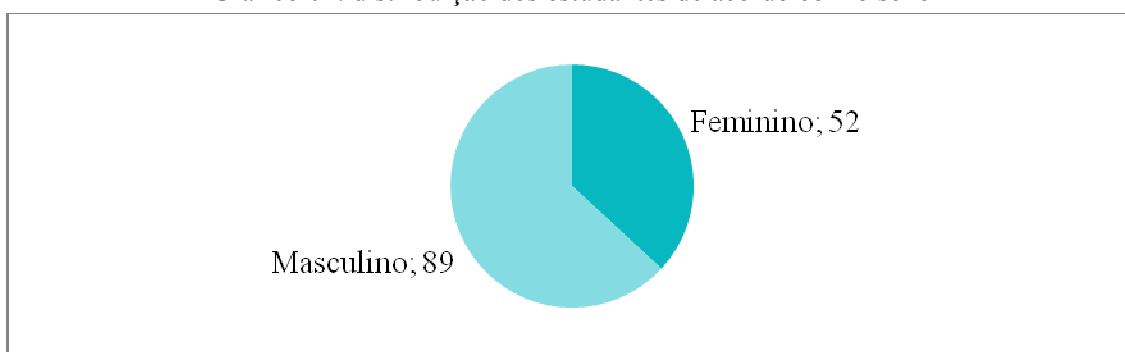
No que concerne à discussão da juventude, no entanto, o debate educacional ainda engatinha na interface da trajetória rural e campo. Estudos da sociologia proporcionam um rico e minucioso debate em torno da categoria juventude adjetivada do “rural”. Por sua vez, podemos dizer que os estudos na área da educação ainda situam, predominantemente, a juventude como uma categoria de referencial eminentemente urbano. Sendo assim, a discussão da juventude rural, no debate educacional, precisa ficar melhor equacionada. Dentro desta perspectiva, adotaremos, nesse texto, a expressão juventude rural, deixando claro que os paradigmas educacionais que ancoram este debate têm sintonia e especificidade no debate da educação do campo.

De qual juventude estamos especificamente falando? Essas reflexões são frutos dos dados resultantes das entrevistas e questionários junto à 141 sujeitos de pesquisa, alguns aspectos são importantes para estabelecermos este território de análise da juventude rural. A idade dos jovens entrevistados variou de 14 a 29 anos. Por compreendermos a juventude a partir de uma perspectiva histórica-social, escolha dos sujeitos enquanto grupo de jovens não se limitou a condição da faixa etária. Segundo Feixa e Lecardi (2010, p. 190), “a identidade é construída a partir de recursos e significados que estão socialmente e historicamente disponíveis. Assim, novas gerações criam novas identidades e novas possibilidades para a ação.” Dessa maneira, compreender uma geração consiste em não se limitar a uma data de nascimento comum, a demarcação geracional é algo potencial em que a quebra da continuidade histórica na vida coletiva é um componente do “laço geracional”.

Assim, pensar os jovens do rural que estão cursando o Ensino Médio nas EFAs, diante desta diversidade de faixa etária, leva-nos a perceber que ocorreu uma descontinuidade na vida escolar de alguns estudantes, e que alguns fatores sociais causaram esta descontinuidade como a dificuldade de acesso ao Ensino Médio. Desse modo, esse grupo geracional criou uma nova identidade diante das adversidades vivenciadas, e se auto denominam como jovens, estudantes do movimento das EFAs.

Outro aspecto que nos chamou atenção no perfil destes jovens do ensino médio das EFAs baianas, diz respeito à predominância do sexo masculino em relação ao feminino (gráfico 01). Embora anunciando um trabalho que busca equalizar as relações de gênero no contexto da formação escolar e comunitária, a Pedagogia da Alternância, mesmo utilizando de estratégias pedagógicas válidas na socialização indiscriminada das atividades escolares entre meninos e meninas, apresenta dificuldades em estabelecer uma equalização de gênero na permanência das jovens na EFA.

Gráfico 01: distribuição dos estudantes de acordo com o sexo



FONTE: Pesquisa de campo 2009/2010/2011

Podemos afirmar que, no universo para além da escola, a expectativa em relação à natureza da formação das mulheres configura-se de forma diferenciada da dos homens. Autores como Brenner; Dayrell e Carrano (2005) sinalizam para um indicador de menor mobilidade feminina em espaços sócio-espaciais.

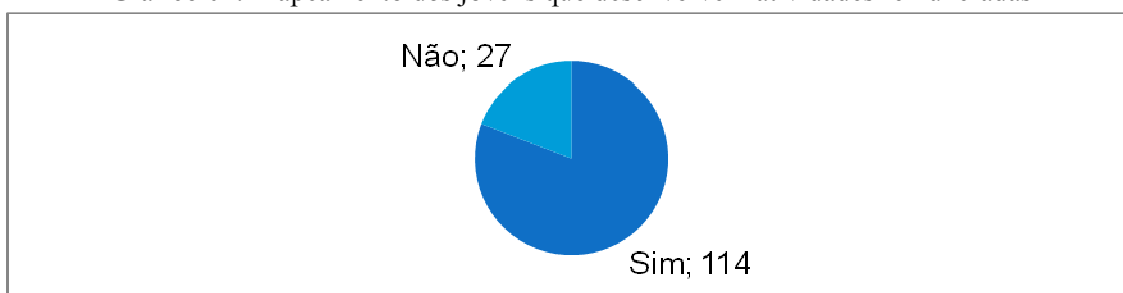
Carneiro (2005, p. 261), por sua vez, acredita haver um conjunto de variáveis que podem justificar este cenário,

A dimensão de gênero, sem dúvida, tem de ser levada em conta ao falarmos especialmente de juventude rural. A ela estão relacionadas questões relativas à herança, à hierarquia entre os gêneros no interior do grupo familiar e às condições sociais da agricultura familiar, em especial quanto ao casamento ou, visto do outro lado, à ameaça do celibato masculino no campo.

Fica claro, no entanto, que o trabalho junto à EFA pode proporcionar um enfático debate sobre as relações de gênero ainda que em meio a cenários comunitários, que muitas vezes acompanham com resistência as mudanças de papéis sociais e representações dos mesmos na sociedade local. Demandas do trabalho pedagógico em Alternância, como a coordenação de espaços organizativos nas comunidades, a destreza com as atividades técnicas agrícolas, a competência para com atividades da vida diária, entre o cozinhar, o arrumar e o limpar, que propiciam o deslocamento destes papéis e a desnaturalização da exploração do trabalho doméstico e reconhecimento do potencial dos sujeitos para além do seu sexo, são desafios enfrentados na educação destes jovens que se situam em ambientes ainda pouco centrados na necessidade desta reflexão.

No que concerne ao trabalho remunerado, o gráfico 02 nos revela um importante dado quanto ao contexto de estudantes trabalhadores, que estão inseridos no universo do ensino médio das EFAs. Dos 141 jovens que responderam ao questionário, 114 afirmaram que trabalham e estudam.

Gráfico 02: Mapeamento dos jovens que desenvolvem atividades remuneradas



FONTE: Pesquisa de campo 2009/2010/2011

De forma similar ao estudante do ensino médio noturno nas áreas urbanas, nota-se que a maioria dos jovens estudantes tem, junto às suas atividades escolares, a responsabilidade em torno de uma atividade remunerada. Diferentemente do cenário urbano, no qual o trabalho está quase sempre relacionado à necessidade de um complemento para a renda do jovem/família, nos cenários pesquisados, os trabalhos dos estudantes das EFAs estão geralmente relacionados ao seu próprio processo formativo dentro da proposta da Pedagogia da Alternância, como por exemplo, trabalhos em torno da parceria com a Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF)³, trabalhos nas

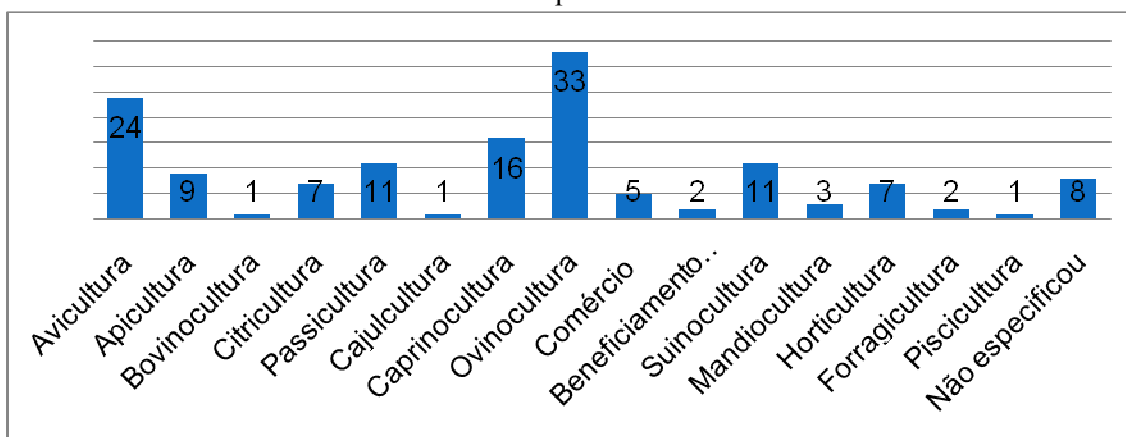
³ A SUAF é um setor do governo da Bahia pertencente à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, que visa apoiar, através de programas, projetos e atividades extensionistas o desenvolvimento da

propriedades familiares. Ressaltamos que, de acordo com os dados, grande parte das atividades está vinculada ao trabalho agrícola, tradicionalmente reconhecido como fonte de renda da vida no rural.

Neste debate da relação educação e trabalho para o processo formativo do jovem, as escolas famílias agrícolas usam de algumas outras estratégias, entre elas a elaboração de um Projeto Profissional Jovem (PPJ), que passa a ser um dos passos para concretização do ensino médio dos estudantes.

Segundo dados da pesquisa de campo, o PPJ consiste na elaboração de um plano para ser aplicado na comunidade, que traga para o jovem e sua família a possibilidade de uma fonte de renda para o seu processo de maturação profissional fora da escola. Dentre os PPJs anunciados, observamos a predominância das atividades agropecuárias, como vemos no gráfico 03.

Gráfico 03: Mapeamento dos temas do PPJ



FONTE: Pesquisa de campo 2009/2010/2011

Tais dados nos apontam para diferentes perspectivas de análise. A primeira no que concerne a opção pela atividade agrícola como uma tendência de compartilhamento do projeto do jovem com o projeto comunitário de permanecer no lugar em que vivem. A segunda com a natureza do projeto em torno da competência para o trabalho, quando não fica claro, se o PPJ está em função de um projeto para a afirmação e autonomia dos sujeitos nas comunidades, ou os PPJs são projetos que culminam com uma proposta de sobrevivência no mercado sem que a devida problematização em torno das opções

agricultura familiar. Neste caso, os estudantes das EFAs são remunerados, através de bolsas, oferecendo apoio técnico as comunidades, via um projeto submetido à Secretaria de Agricultura que tinha como finalidade a inserção e permanência do jovem no contexto do rural.

socioambientais e culturais sejam de fato realizadas (um debate caro ao movimento da educação do campo).

Para a discussão que circunda a opção dos jovens e suas conseqüentes vinculações a um projeto comunitário no rural, a percepção é de que, de acordo com a narrativa dos estudantes entrevistados, a construção das opções de futuro no lugar em que se encontram é um percurso natural para a formação que tiveram. Se o trabalho é um ponto de relevância no processo formativo das EFAs, uma formação que culmine em perspectivas de trabalho e renda no universo em que vivem, é um indicador de que a finalidade da Pedagogia da Alternância tem encontrado ressonância.

O debate fica mais elaborado quando nos deparamos com propostas outras que fogem ao padrão do projeto comunitário rural e implica em projetos pessoais que estão longe de fazer um vínculo com o contexto em que vivem, mas ainda assim apresentam-se como projetos legítimos, no espectro do desejo de amadurecer um plano de futuro, qualificado por competências outras que a escola pode proporcionar ao estudante, como a leitura, a escrita, a capacidade de convivência, e tomadas de decisões que o currículo do ensino médio defende como competência para o trabalho na perspectiva de um currículo integrado (RAMOS, 2005).

No processo de coleta de dados, oito jovens não conseguem definir ou assumir uma definição do tema do PPJ. Entre os temas corriqueiros, desejos outros se manifestam no que concerne pensar o futuro, e muitas vezes tal definição se sustenta em projetos diversos, que indicam as necessidades múltiplas de identidades e culturas capazes de colocar os indivíduos em questionamentos consigo, com os outros e com o lugar em que se encontram. Acreditamos que, o como lidar com tais idiosincrasias, precisa ser uma discussão intensa que o contexto pedagógico das EFAs não pode desmerecer.

Quanto à natureza do projeto em torno da competência para o trabalho (outra análise que o gráfico 03 suscita), a discussão toma outro foco. Se a opção do projeto profissional jovem está dentro do espectro da atividade agrícola, ou atividade prevista e vista como inerente à vida rural, a análise vai para uma outra perspectiva: quão emancipatória tal opção pode parecer, julgando ser a formação destes jovens um investimento sócio político de causa e conseqüência para os movimentos sociais do campo?

Ribeiro (2008) problematiza a atuação do movimento dos Centros Familiares de Formação Por Alternância (CEFFAs)⁴ no sentido de perceber como essas instituições concebem a relação trabalho-educação. Segundo a autora, o uso da Pedagogia da Alternância tanto pode significar a oferta de uma formação voltada para os interesses dos agricultores como pode ser um disfarce para a impossibilidade de ocorrer um crescimento econômico acompanhado da geração de empregos. Nesta perspectiva, a relação educação e trabalho pode se configurar como formação para emancipação social e política ou formação para a adequação e incentivo ao empreendedorismo socioeconômico, na essência da racionalidade técnica tão apreciada para o desempenho bem sucedido no universo da sociedade capitalista.

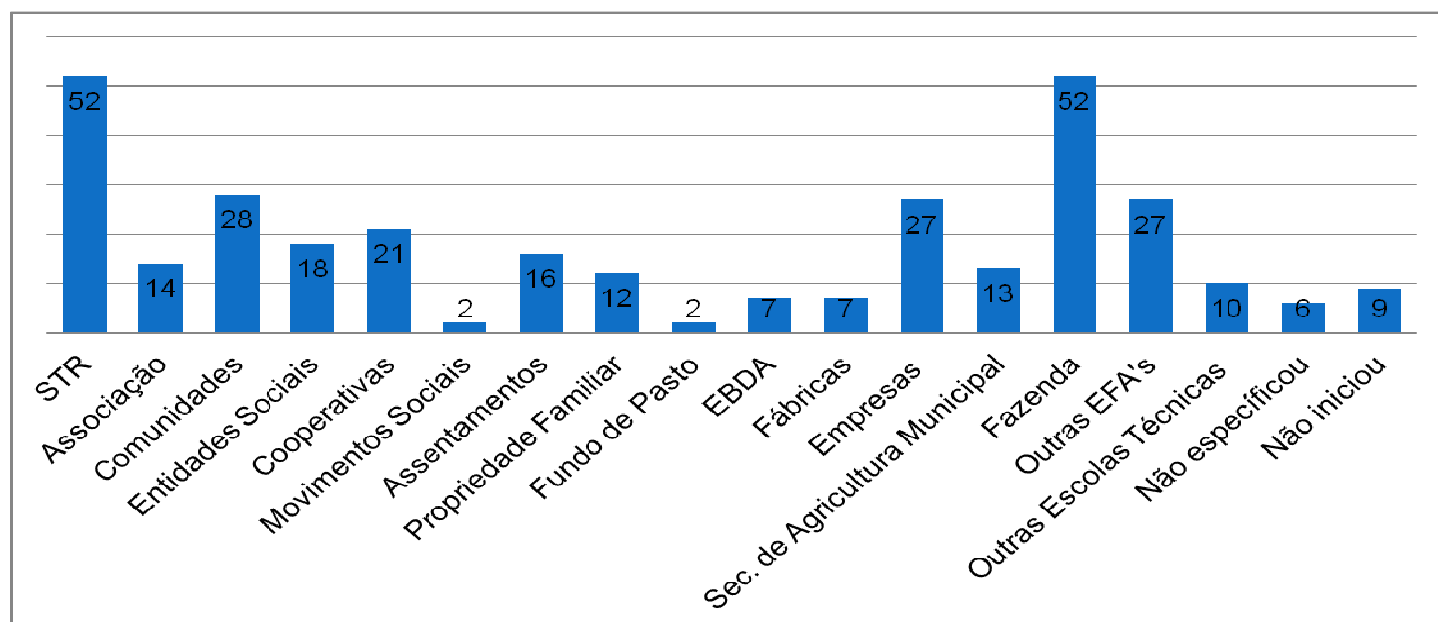
Se, de acordo com os dados da pesquisa, conseguimos perceber as duas perspectivas nos trabalhos das escolas famílias baianas, Ribeiro (2008) anuncia, com clareza, o risco do projeto que não faz a transgressão: aponta para a emancipação, mas corre o risco de educar para a conformação. Neste estudo, este debate tem sido abraçado, quando fica evidenciado que as EFAs baianas apresentam cenários diferenciados, algumas com ênfase no trabalho organizacional, outras com ênfase demarcada no trabalho técnico, sem o necessário fortalecimento do vínculo com a organização sócio política.

As estratégias pedagógicas utilizadas pela rede de escolas não evidenciam que há um padrão político pedagógico que as definam enquanto instituições em articulação entre si, rumo a um projeto de sociedade diferenciado. De novo fica evidenciado que os percursos das escolas seguem propostas mais reguladas pelas circunstâncias territoriais e locais, que sintonizadas com um projeto de sociedade transgressor. As parcerias para o desenvolvimento dos estágios⁵ e o tempo dedicado a estes são indicadores desta diversidade, como podemos observar no gráfico 04. Ao percebemos que estudantes do ensino médio das escolas famílias se encontram em estágios que variam da experiência junto a sindicato de trabalhadores rurais (STR), escolas técnicas, assentamentos e fazendas, podemos dizer que o padrão de estágio não está demarcado pelo projeto educacional advindo de uma pauta política de movimento, mas antes de uma perspectiva de instrumentalização para a formação do trabalhador.

⁴ As EFAs pertencem ao movimento nacional dos CEFFA's que engloba, também, as Casas Familiares Rurais, estas instituições estão ligadas a União Nacional das Escolas Famílias Agrícola (UNEFAB), que por sua vez se subdivide em redes regionais e estaduais. Na Bahia temos duas redes a Associação Escola Comunidade e Família Agrícola da Bahia (AECOFABA) e a Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido (REFAISA).

⁵ A finalidade do estágio é propiciar ao aluno uma aproximação à realidade na qual atuará.

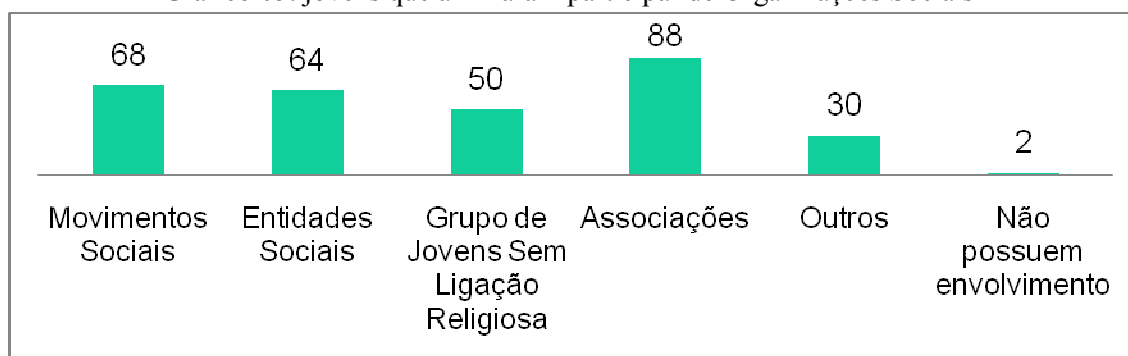
Gráfico 04: locais de estágio⁶



FONTE: Pesquisa de campo 2009/2010/2011

Ainda assim, inegavelmente, podemos afirmar que a participação em organizações sociais aparece como atividade formativa de importância para essas escolas no que concerne à proposta de formação dos jovens do campo, como percebemos na análise do gráfico 05.

Gráfico 05: jovens que afirmaram participar de Organizações Sociais⁷



FONTE: Pesquisa de campo 2009/2010/2011

Em que pese o quantitativo de jovens afirmando fazer parte de organizações sociais e movimentos sociais e comunitários, novamente devemos prestar atenção aos aspectos minimamente evidenciados por alguns que fogem ao padrão (ou pelo menos assumem não estar no padrão esperado do perfil de jovens da Pedagogia da Alternância

⁶ Alguns estudantes frequentaram mais de um local destinado ao estágio.

⁷ Alguns estudantes participam de mais de uma organização social.

– envolvidos com os contextos organizativos locais). Aqui, mais uma vez, recai sobre a escola, a discussão desta situação, compreendendo o debate da alternância como um debate de formação também comunitária, o envolvimento com as organizações locais, são indicadores do empenho das EFAs em corresponder a um projeto de consequência para o campo. Um índice de 21% dos jovens sinaliza para uma equação pedagógica que merece atenção.

Sendo assim, tais análises preliminares, apontam para um debate conceitual e político importante que as escolas famílias têm enfrentado no universo das suas instituições, das suas organizações locais e das suas articulações enquanto movimento educativo. Este debate tem sido amadurecido no movimento e tem encontrado alguma ressonância entre os sujeitos da alternância. Juventude, projeto de trabalho e vida, são questões importantes para a consolidação de uma formação de jovens do/no campo levando em consideração as especificidades culturais, ambientais, econômicas e sociais, assegurando os potenciais locais e os desejos pessoais dos sujeitos envolvidos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta de socialização e análise do mapeamento realizado sobre os jovens estudantes de escolas famílias agrícolas da Bahia buscou, nesse trabalho, enfatizar as reflexões sobre a relação juventude rural, trabalho e educação, a partir do debate político e conceitual assegurado nos preceitos da educação do campo. Acreditamos que pensar esta relação nos direciona na busca de compreender os fluxos contraditórios do processo de organização social do rural e a complexidade destas questões quando no universo da categoria “juventude”.

Diante do estudo até agora realizado junto as EFAs da Bahia, percebemos a importância de se pensar a juventude rural e sua relação com os espaços formativos, em que o trabalho torna-se um processo educativo de suma importância. Os desdobramentos deste processo formativo podem ser configurados em pautas díspares, como por exemplo, uma formação visando o debate da emancipação dos sujeitos ou uma formação que tem como pauta a proposta de preparação e instrumentalização para o emprego. Neste contexto, o espaço rural se apresenta enquanto um cenário em que a formação dos sujeitos revela-se como um campo de disputa e de interesses, onde sujeitos internos e externos ao movimento imprimem (via parcerias com a sociedade

civil e política) lógicas pedagógicas (sutis ou demarcadas) que podem se tornar um complicador para os princípios educativos destas instituições “em movimento”.

Por fim, acreditamos que no território das EFAs a formação para o ensino médio tem aberto possibilidades diferenciadas no que tange os projetos de futuro: um futuro de trabalho comunitário (em sintonia com o debate da organização social local); um futuro para o trabalho emergente (em sintonia com as propostas de emprego e renda que os circundam); um futuro de trabalho em torno de projetos pessoais (em sintonia com os perfis e desejos pessoais que podem falar mais alto). Dito isto, a avaliação preliminar que fazemos é que as escolas famílias agrícolas tem se mostrado uma instituição educacional de importância para o rumo da juventude no rural baiano.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004.

BRENNER, Ana Karina ; DAYRELL, Juarez ; CARRANO, Paulo . Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: Helena Wendel Abramo; Pedro Paulo Martoni Branco. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, v. , p. 175-214

CARNEIRO, Maria José. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania. 2005.

FEIXA, Carles and LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Soc. estado**. [online]. 2010, vol.25, n.2, pp. 185-204.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GOHN. Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola. 1997.

MUNARIM, A. **Movimento nacional de educação do campo**: uma trajetória em construção. XXXI Reunião Anual da Anped. GT 03: Movimentos Sociais e Educação. Caxambu, MG, 2008

PELEGRINO, Mônica. Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. *Cad. CEDES* [online]. 2011, vol.31, n.84, pp. 275-291. ISSN 0101-3262.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs) Ensino médio integrado. Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 106-127

RIBEIRO, Marlene. Contradições na Relação Trabalho-Educação do Campo: A Pedagogia da Alternância. IN: **Trabalho & Educação** – vol.17, nº 2 – Maio / janeiro-agosto, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, Nº5 e 6 1997. Disponível em: www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_06_MARILIA_PONTES_SP_OSITO. Acessado: em: 23 de abril de 09.

SOUZA. M.^a Antoniêta Albuquerque de. A Juventude no Plural: anotações sobre a emergência da juventude. In: ALVIM, Rosilene. **Jovens & juventudes**. João Pessoa, PB: Editora Universitaria/UFPB, 2005. p. 89-107.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2005.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo, SP. Companhia das Letras. 2011.